



- REQUERIMENTO** Número / (.^a)
- PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

1 – O quadro económico e financeiro difícil pelo qual temos passado, consequência de políticas de investimento público populistas e pouco sensatas no que diz respeito à sua sustentabilidade, levou a que muitas empresas nacionais encontrassem nos mercados externos a solução para não pararem de crescer.

2 – A localização geográfica de Portugal é assim motivo de análises diferenciadas no que respeita à oportunidade ou dificuldade inerente a essa mesma localização. Independentemente disso, facto é que estamos limitados, para já, em termos de transportes ferroviários e no que respeita aos transportes rodoviários temos maior distância da Europa do que o nosso principal concorrente (Espanha).

3 – Os motivos anteriormente expostos justificam que os custos de contexto das nossas empresas sejam assim, e muitas vezes, um fator de perda de competitividade perante os outros “players” do mercado.

4 – Devemos contudo referir que a nossa localização significa uma vantagem no que diz respeito à linha costeira e aos transportes marítimos. Ainda assim, e para que isso possa significar uma verdadeira vantagem, temos que conseguir ganhar competitividade nas deslocações feitas dentro do nosso país, elas não podem de forma alguma ser prejudiciais na formação do preço de qualquer produto manufaturado em Portugal. É aceitável que tenhamos que assumir os custos da distância para o centro europeu, já não será tão bem aceite que internamente sejamos tão mais caros que passe a compensar descarregar em portos espanhóis.

5 – Ainda assim tem existido por parte do Governo uma política de consolidação e afirmação dos portos portugueses que, finalmente opta por apostar na interoperabilidade de meios de transporte. Esse é o caso do investimento que está a ser realizado em Sines, na rede ferroviária,

e que permitirá um ganho de competitividade no nosso país.

6 – Sabemos assim hoje que apostar em novas ligações, que ao mesmo tempo possam ser amigas do ambiente, tem um custo elevado. Mas, e em investimentos bem planeados com recurso a fundos europeus, o retorno será garantido por uma série de vias – uma delas tem reflexos na melhoria da economia e do emprego (diminuição dos custos de contexto).

7 – Há empresas em Portugal que estão muito expostas ao custo de transporte. Importar para transformar deveria significar ganho empresarial, mas dado o contexto dos transportes no nosso país o problema passa a ter uma dimensão ainda maior.

8 – Empresas como a LUSIAVES, que depende da transformação de cereais em ração e, que tem investimentos no fabrico daquele produto têm assim que diariamente pensar em como reduzir os custos de contexto.

9 – Pensar na diminuição dos custos de transporte é pensar em adaptarmo-nos a situações de maior eficiência e celeridade ao nível do transporte, mas também ao nível dos gastos energéticos e ambientais. Por esse motivo, e ainda que isso signifique um grande investimento, a LUSIAVES decidiu pensar no investimento num ramal para que o meio ferroviário pudesse significar uma alternativa.

10 – Para que se possa equacionar a viabilidade do investimento, é necessário saber qual o custo do transporte. Em Portugal o único operador ferroviário é a CPCARGA (empresa cujo único acionista é a CP Comboios de Portugal E.P.E.).

11 – Após consulta obteve-se uma resposta muito desmotivadora. Com os preços apresentados, por aquela empresa de participação pública e único operador de Portugal, desiste-se de pensar na ferrovia como modelo de transporte alternativo, penalizando-se o investimento estratégico e de importância acrescida para a economia.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Economia, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Considerando a participação totalitária da CP Comboios de Portugal E.P.E. na CP Carga, em que medida aquelas empresas seguem estratégias de interesse nacional?

2 – Conhecem as propostas que a CP Carga apresenta às empresas?

3 – As propostas têm como finalidade avaliar o custo da operação em função do interesse estratégico para a economia nacional?

4 – Tendo em consideração os compromissos ambientais do nosso país as propostas fazem uma avaliação transversal do preço?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 18 de Dezembro de 2014

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)